

# Condomínios ignoram o alojamento local

Há meio ano que os condóminos têm uma palavra a dizer no alojamento local, mas não há registo de negócios rejeitados ou da aplicação de um adicional de 30% nas quotas; setor espera pelos regulamentos municipais



Lisboa teve uma queda no registo de novas unidades de alojamento local

# Alojamento local passa ao lado dos condóminos

Seis meses após as alterações legislativas, o impacto das novas regras não se nota nos condomínios

JOÃO MONIZ  
Com Agência Lusa

**D**esde 21 de outubro do ano passado que os alojamentos locais têm novas regras, mas serão os regulamentos municipais que Lisboa e Porto, por exemplo, estão a preparar que irão ser fulcrais para o futuro desta atividade. Essa é, pelo menos, a posição da Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP).

Os dados da ALEP apontam para um crescimento moderado dos registos de novas unidades no 1º trimestre deste ano a nível nacional, mas para uma queda de 60% em Lisboa. A associação justifica essa tendência com a antecipação de muitas aberturas devido às notícias de que certas zonas iriam ficar impedidos de ter no-

vos alojamentos locais. Daí que a ALEP defenda moderação nestas restrições, porque o efeito pode ser contrário ao pretendido.

Já a Associação dos Inquilinos Lisbonenses considera que o impacto das novas normas é positivo, restando apenas verificar – e assegurar – se os imóveis que são retirados do alojamento local são efetivamente arrendados a preços acessíveis. A Associação Lisbonense de Proprietários critica as alterações porque afastam investidores que poderiam potenciar a reabilitação urbana.

A ALEP e a Loja do Condomínio, que representa 170 mil proprietários, concordam que o impacto da lei foi nulo nos condomínios: os poucos casos de oposição de condóminos não eram exequíveis e não há condomínios a exigir um adicional de 30% nas quotas.